

A MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Gen Ex A. DE LYRA TAVARES

O maior problema da mobilização nacional consiste em manter constantemente alerta os órgãos responsáveis pela sua preparação e a consciência da coletividade nacional para a inexecutabilidade e as consequências funestas de qualquer improvisação em matéria de tamanha importância, complexidade e envergadura. A rapidez e a eficiência de cada uma das operações da mobilização, todas elas entrosadas e coordenadas através de planejamento cuidadoso e seguro, são tanto mais apuradas quanto mais atento e objetivo for o trabalho de preparação de tempo de paz. Os Estados de maiores tradições militares, assim como os mais ameaçados por antagonismos atuais, têm sempre presentes na sua organização, nos seus planos e nos seus empreendimentos de tempo de paz as necessidades da mobilização nacional. Essas necessidades podem ser atendidas em melhores condições econômicas dentro do princípio de que, quanto mais bem planejada e preparada for a mobilização nacional, melhores serão as suas condições de execução e maior será a redução possível nos efetivos permanentes e nos demais elementos que se destinam às necessidades de cobertura militar mínima às operações iniciais, em caso de guerra. O problema do orçamento pode assim ser colocado em termos mais racionais e menos onerosos à economia nacional, sobretudo porque essa economia pode ser organizada em condições de atender, sem risco de desequilíbrio e rapidamente, à passagem do regime de tempo de paz para o de tempo de guerra. Aliás, os dois fatores fundamentais para essa mudança de regime são a indústria e os transportes nacionais, como elementos de influência mais direta no valor do potencial militar do país.

Essa foi a grande conclusão dos estudos do pós-guerra em várias das nações beligerantes, principalmente nos Estados Unidos, onde o problema dos orçamentos militares constitui nos dias de hoje um dos assuntos mais estudados e debatidos. Os pontos fundamentais desses estudos e debates relacionam-se, por um lado, com as vantagens econômicas e de ordem operacional da unificação das três Forças Armadas sem quebra das tradições e das peculiaridades de cada uma e, por outro lado, com o sentido preferencial dos investimentos na aquisição das novas armas, levando em conta que os modelos e tipos, dado o progresso vertical da ciência e da tecnologia aplicada à guerra, podem ser rapidamente ultrapassados em face da rápida evolução dos meios e dos processos de combate.

O que é fundamental é que a mobilização seja preparada, não apenas nos planos que respondam de modo mais adequado a cada uma das hi-

póteses formuladas, mas na efetivação de empreendimentos e medidas, sobretudo de ordem logística, que:

— permitam o aproveitamento racional dos recursos nacionais em benefício do esforço militar, mediante o balanço prévio e objetivo das necessidades de cada uma das Forças Armadas e de todas elas em conjunto, respeitadas as necessidades de ordem civil, sobretudo as reclamadas pela Economia Nacional, em tempo de guerra;

— corrijam em tempo oportuno as deficiências da infra-estrutura do território, de modo a adaptá-la e provê-la dos recursos imprescindíveis, de acordo com as necessidades de ordem operacional apontadas pelo planejamento combinado;

— promovam o maior aproveitamento da Indústria Nacional para o atendimento das necessidades das Forças Armadas desde o tempo de paz, aparelhando-a progressivamente para fazer face a qualquer momento ao esforço da mobilização, inclusive quanto aos tipos especiais de produtos especificamente militares que devem ser, tanto quanto possível, padronizados para as Três Forças;

— proporcionem o conhecimento estatístico seguro das disponibilidades numéricas e qualitativas do potencial humano e a sua distribuição adequada em face das necessidades civis e militares.

Por outro lado, é certo, certíssimo, que a base de uma mobilização eficiente se encontra sobretudo na preparação espiritual da coletividade nacional, seja para prevenir, seja para enfrentar a contingência da guerra. Essa preparação, tanto no âmbito do Governo como na consciência do povo, torna-se imprescindível para que a passagem do regime de tempo de paz para o de tempo de guerra esteja organizada a qualquer momento, fazendo convergir o esforço nacional, em todos os setores interessados, no sentido da execução pronta e objetiva das medidas previstas, com a necessária compenetração do risco coletivo que a guerra impõe e sem qualquer tipo de resistência interna que poderia agravá-lo.

Os estudos e planejamentos puramente teóricos, a descontinuidade e o adiamento sistemático na execução dos empreendimentos por eles aconselhados e a vacilação permanente entre as linhas de ação preconizadas resultam na inoperância ou na falência do Estado em matéria que pode de um momento para outro constituir condição fundamental para a sua livre sobrevivência. E não há dúvida sobre o fato de que o espírito de determinação e as bases da organização do povo para prover a sua defesa e resguardar a sua soberania constituem tarefa precípua do Governo, a influir decisivamente na sua organização e na sua ação em tempo de paz. É necessária a definição das responsabilidades dos vários órgãos do Estado com tarefa prevista no problema da mobilização, assim como a verificação permanente da eficiência das medidas e dos estudos de medidas e empreendimentos que a cada um deles cabe promover e cujo controle periódico deve estar previsto na própria organização da máquina adminis-

trativa, civil ou militar, através de testes de eficiência que cumpre realizar periódicamente. Isso significa que o organismo planejador deve estar vinculado em todos os seus escalões aos órgãos administrativos de execução, cujos programas devem considerar, para fins de efetivação, as medidas planejadas. Do contrário, faltarão ao Estado, em matéria de organização da sua segurança, dois elementos essenciais à correção das suas vulnerabilidades: a adoção progressiva das medidas julgadas necessárias e o controle periódico dos resultados obtidos, mediante testes, mesmo teóricos, na organização da segurança nacional. Na cúpula do mecanismo destinado a velar por essa segurança deve estar colocado por isso mesmo um órgão presidido pelo Chefe do Governo, ou delegado seu, abrangendo em conjunto os aspectos todos do problema e caracterizado pelo seu trabalho objetivo, atuante e permanente como ele requer. Cabe-lhe a tarefa de dirigir, impulsionar e controlar o trabalho dos vários setores governamentais, apoiando-o através da concretização das medidas e dos empreendimentos cuja execução cabe à autoridade administrativa promover e ultrapassar a esfera dos órgãos de planejamento que a assessoram. Tal papel, relevante e complexo, é atribuído, no caso do Brasil, ao Conselho de Segurança Nacional, cuja Secretaria, como órgão assessor e de estudos, não está, como muitas vezes se tem salientado, pela precariedade do seu aparelhamento material e organizacional e pelo reduzido número de especialistas de que dispõe, em condições de desempenhar com oportunidade e em toda a extensão a ampla tarefa que lhe cabe. O conhecimento seguro e a distribuição do potencial humano do país constituem fundamento de qualquer plano de organização da segurança nacional. No mesmo caso está a mobilização industrial. São problemas que abrangem necessidades civis e militares e por isso mesmo devem pertencer à esfera de um órgão superior, ainda não existente, que deveria coordená-los e discipliná-los, de modo que o Conselho de Segurança receba os elementos essenciais à formulação das suas decisões e à elaboração das diretrizes que lhe cumpre baixar. Sem elas perdem a objetividade e a oportunidade os estudos dos diversos órgãos nacionais de planejamento, civis e militares, pois não será possível assentá-los em bases firmes nem orientá-los segundo uma direção uniforme e adequada à conjuntura e à política nacionais.

Além disso, cumpre encarar realisticamente a posição do Estado no quadro internacional que condiciona a conduta da sua política, não apenas pelo caráter dos antagonismos que podem ameaçá-lo, como sobretudo pelos compromissos a que, como regra, estão vinculadas as suas atitudes e a sua conduta em face de tais antagonismos. Essa vinculação define-se por tratados e convênios que terão de ser necessariamente considerados no plano alto do planejamento nacional, para a definição das linhas de ação a serem adotadas pelo Governo e, como decorrência delas, do planejamento de série de medidas governamentais que deverão preparar e tornar possível a sua execução eventual. É evidente que nada pode ser improvisado nesse sentido se a mobilização nacional não for concebida e preparada em termos objetivos, aí incluídas a formação da mentalidade nacional e a realização das condições econômicas necessá-

rias que são, afinal de contas, os elementos decisivos e fundamentais para o êxito de qualquer plano dessa natureza.

Principalmente até que o povo atinja o seu grau de cultura necessário à compreensão real dos problemas nacionais e esteja em condições de colaborar mais diretamente na sua solução, cumpre ao Governo, através de seus órgãos e demais instrumentos ao seu alcance, propiciar essa compreensão, atuando sobretudo no setor educacional, de forma a fornecer à comunidade nacional os elementos imprescindíveis à orientação segura do esforço nacional no sentido do verdadeiro bem coletivo e dos objetivos nacionais colocados ao alcance do entendimento de todos.

De modo geral, o povo, encarado como coletividade, não considera nem tem meios para discernir claramente as suas legítimas aspirações e os seus reais interesses capitais como povo, em virtude da absorção do indivíduo no trabalho e no ambiente quotidiano e nos sofrimentos próprios, que ele mais recebe nos seus efeitos do que nas suas causas. É assim pensando que Jacques Maritain, falando sobre o funcionamento da democracia, procura definir no seu "O Homem e o Estado" a missão do Governo em relação ao povo que o investiu, por livre escolha, da autoridade para governá-lo.

"Governar em comunhão, com o povo significa duas coisas. De um lado, educar e despertar o povo no próprio ato de governar, de modo a pedir-lhe a cada nova fase do progresso aquilo de que ele se tornou consciente e que deseja realizar. Estou pensando, por exemplo, em um esforço real pela educação, fundado no respeito pelo povo e na confiança dele, esforço no qual é ele o "agente principal", o que é precisamente o oposto ao hábito de impor idéias ao povo através de mera propaganda e de métodos de anúncio comercial. Significa, por outro lado, ter consciência daquilo que é profundo, duradouro e realmente digno do homem nas aspirações e na psique do povo. É assim que, mesmo perdendo a popularidade, pode um governante atuar ainda em comunhão com o povo no mais verdadeiro sentido da expressão. E se ele for um grande governante, poderá conseguir que essa impopularidade se transforme em uma confiança renovada e ainda mais profunda. De qualquer modo, nada existe de comum entre impor despoticamente a sua própria vontade ao povo como um governante que viva separado do povo e faça descer sobre ele a sua autoridade — é o fato de resistir ao povo, ou tornar-se odiado e rejeitado por ele, mas com ele unido em suas intenções mais profundas e ansioso de se conservar em comunhão com a sua vontade humana mais profunda, que o próprio povo por vezes ignora".

Maritain procura fundamentar as suas idéias na observação realista da vida de uma democracia e da intervenção das diferentes camadas sociais e de cultura que compõem o povo no funcionamento do organismo de uma nação democrática. Naquilo a que podemos chamar a psique comum do povo — opina ele — existe uma larga variedade de níveis e degraus. No nível mais superficial encontramos as correntes acidentais de opinião, tão passageiras como as ondas do mar e sujeitas

a todos os ventos da ansiedade, do temor, das paixões particulares ou dos interesses privados. Em níveis mais profundos encontramos as necessidades reais da multidão. No nível mais profundo reside a vontade de convivência e a consciência obscura de uma vocação e de um destino comum e, finalmente, a inclinação natural da vontade humana, considerada em sua essência, para o bem. (O Homem e o Estado, Jacques Maritain).

Esses conceitos de Maritain, formulados na base dos seus estudos demorados e cuidadosos sobre a organização política da sociedade humana, não variariam muito se tentássemos aplicá-los ao campo mais estreito de uma organização militar moderna, onde o Chefe, investido de uma autoridade que lhe é conferida por delegação, defronta-se com uma espécie de miniatura da sociedade, perante a qual lhe cumpre o duplo dever de estar sempre em comunhão com ela e de orientá-la firmemente no sentido do bem coletivo, que ela nem sempre está em condições de discernir, mesmo quando tenha de arcar com a impopularidade transitória que possa decorrer de certas medidas que desagradem ou desatendam, à primeira vista, aos interesses superficiais de parte dos elementos integrantes.

É essa, aliás, a conduta certa, embora de aplicação difícil, que a moderna psicologia militar preconiza para os que se exercitam nas soluções dos complexos problemas da liderança de grupos humanos. Os que têm experiência objetiva da vida militar, em tempo de paz e em campanha, sabem bem que comandar é educar e aglutinar, para o fim único da defesa da Pátria, homens de formação, de nível e de caráter extremamente diversos, que só valem pelo que realizam em conjunto, em benefício do conjunto e sentindo em conjunto. É claro que vai uma distância muito grande entre comandar e governar, mas no que respeita à coesão de grupos humanos, o fenómeno não deixa de apresentar essa grande afinidade que a experiência própria me leva a registrar.

O problema da mobilização nacional, pelo que vimos, está intimamente associado ao da organização nacional nos seus elementos fundamentais, porque, em última análise, ela importa num esforço integral da Nação, em todos os seus setores de vida, para o fim de preservar a sua sobrevivência e a sua soberania, mediante o emprêgo adequado de tôdas as suas forças materiais e morais, o que implica sobretudo um problema de organização funcional e espiritual. Nesse sentido importa antes de tudo preparar o cidadão, como célula da comunidade nacional, na compreensão do papel que lhe cabe e nos misteres que a cada um cumpre desempenhar, como elemento de um todo, nas múltiplas atividades em que se reparte o esforço nacional. Por outro lado, importa conhecer e empregar, mediante planejamento cuidadoso que permita a correção oportuna das vulnerabilidades nacionais, a totalidade dos recursos do País. É uma tarefa complexa e de grande envergadura, que não comporta improvisações, exigindo o concurso dos órgãos e elementos civis e militares devidamente preparados.

Dai a importância de que se reveste o fato auspicioso do funcionamento do Curso de Mobilização Nacional, recentemente criado na Escola Superior de Guerra, estreitamente vinculado ao estudo dos problemas nacionais, de que a referida Escola já se tornou o centro mais autorizado, como resultado das suas patrióticas atividades, sobretudo no sentido de criar a mentalidade necessária pelo esforço comum de grandes valores civis e militares.

O Curso de Mobilização Nacional, criado pelo Decreto n.º 40.835, de 24 de janeiro de 1957, destina-se, nos termos das Instruções que regulam o seu funcionamento, a :

- habilitar civis e militares para dirigir e integrar os órgãos de direção e planejamento das atividades nacionais de mobilização;
- cooperar no estabelecimento da Doutrina de Mobilização Nacional.

Ele compreende particularmente :

- o estudo da Doutrina de Mobilização Nacional;
- a apresentação expositiva dos Fundamentos do Poder Nacional;
- a interpretação e avaliação desses fundamentos em face da Doutrina de Mobilização Nacional;
- o estudo dos aspectos críticos da Mobilização Nacional e o estabelecimento de linhas de ação;
- o aprimoramento da técnica de planejamento e sua aplicação à Mobilização Nacional.

(Transcrito do livro "Segurança Nacional — problemas atuais — 1964", já traduzido para o espanhol e inglês por solicitação do Estado-Maior do Exército do Equador e da Junta Interamericana de Defesa, respectivamente.)

